

Livro nº. 7
Folha 99



**MUNICÍPIO DE
TERRAS DE BOURO**

QUADRIÉNIO 2017/2021

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2018/02/23

**Ata da Assembleia Municipal de Terras de Bouro
de 23 de fevereiro de 2018**

----- Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, pelas vinte horas e cinquenta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se a primeira sessão ordinária do ano de dois mil e dezoito da Assembleia Municipal de Terras de Bouro, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1. Apreciação da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do número dois, do artigo vinte e cinco, do Decreto - Lei número setenta e cinco de dois mil e treze de doze de Setembro;**-----
- 2. Análise e votação de proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal;**-----
- 3. Análise e votação de recomendação de participação na ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais;**-----
- 4. Análise para conhecimento de proposta sobre reconhecimento de prescrição de dívidas – Lei dos Serviços Públicos;**-----
- 5. Análise e votação de pedido da emissão de declaração de interesse público municipal pelo Senhor António de Jesus Gonçalves;**-----
- 6. Eleição dos três representantes da Assembleia Municipal (dois efetivos e um suplente) que integrarão a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Cávado;**-----
- 7. Análise e votação de proposta de alteração ao Mapa de Pessoal;**-----
- 8. Análise e deliberação de Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Carlos Alberto de Sousa Rodrigues Pereira.**-----

----- Assumiu a Presidência desta reunião o Presidente da Assembleia Municipal, o Dr. Augusto Braga, tendo o senhor José Carlos da Rocha Dias, assumido o lugar de primeiro secretário e o senhor Nuno Roupar o lugar de segundo secretário.-----

----- Estiveram presentes nesta reunião a representar a Câmara Municipal, o Senhor Presidente do Executivo Municipal, Manuel Tibo e os vereadores Dra. Ana Genoveva, Dr. Paulo Sousa e Dr. Luís Teixeira. Estiveram também presentes os membros constantes do livro de presenças em uso nesta Assembleia, num total de vinte e nove, tendo-se verificado a falta justificada do senhor Presidente da Junta de Freguesia de

Iniciado em 27/06/2004
Concluído em 29/06/2008

Livro nº7
Folha 100

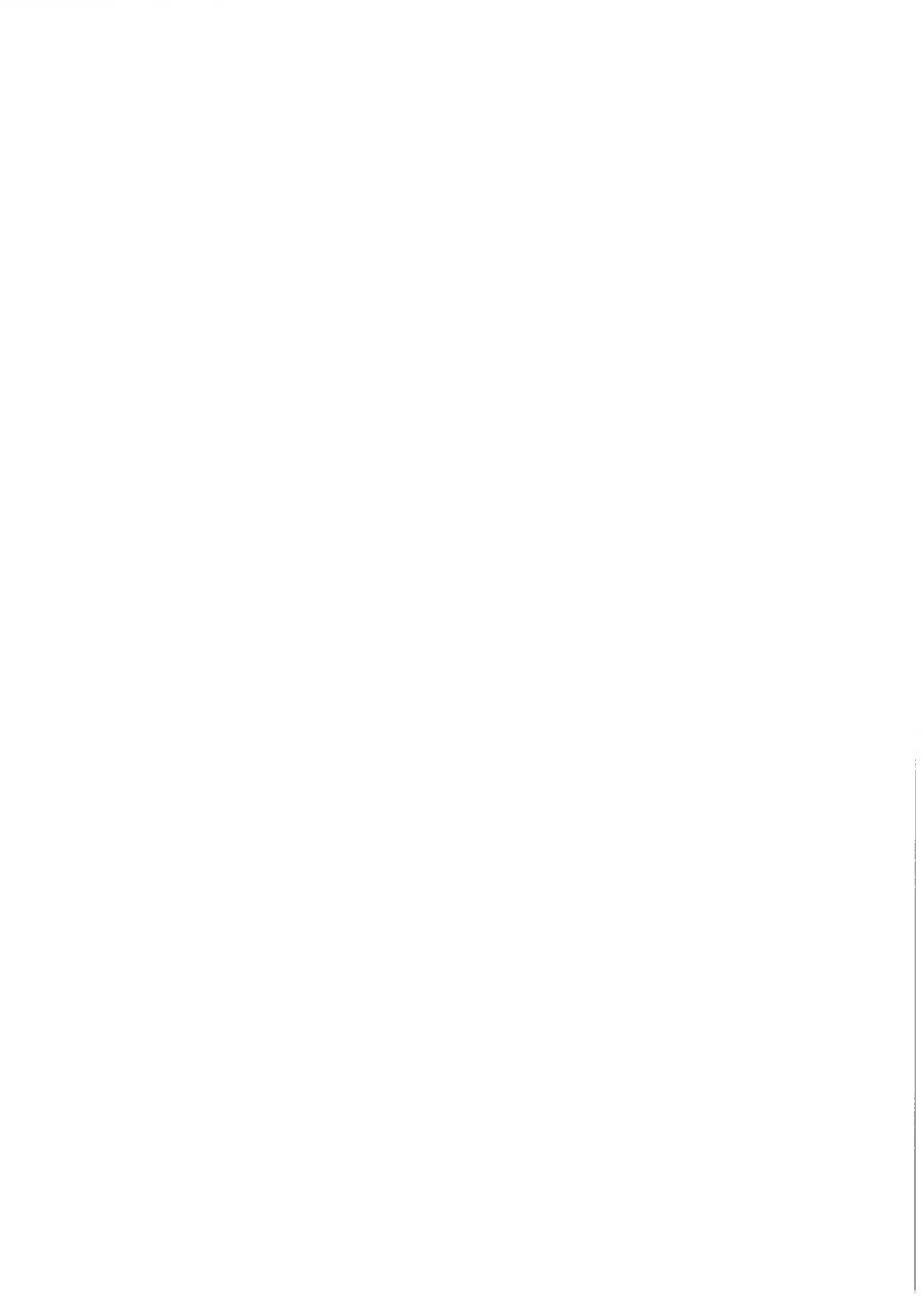
Termo de Encerramento

Contém este livro 200 folhas, todas numeradas e por mim rubricadas com
a rubrica [assinatura], que uso.

Paços do Município, 29 de junho de 2008.

O Presidente,

[assinatura]



Iniciado em 29/06/2008
Concluído em / /20

Livro n.º 8
Folha 1



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TERRAS DE BOURO

LIVRO DE ACTAS

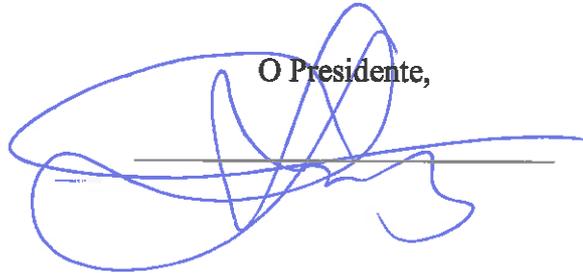
N.º 8

Termo de Abertura

Servirá este livro para nele se exararem as actas das reuniões da Assembleia Municipal supra.

Paços do Município, 29 de junho de 2008.

O Presidente,



Gondoriz, sendo este substituído, nos termos da Lei pela senhora Secretária da Junta de Freguesia, Maria de La Salette de Araújo Martins Antunes. Registou-se ainda a ausência justificada da senhora deputada municipal Maria Alice de Sá e Sousa, sendo esta substituída, nos termos da Lei pelo senhor deputado António Lages.-----

----- Comprovada a existência de “quorum”, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, começando o senhor Primeiro Secretário por dar conhecimento da correspondência recebida e tendo colocado a mesma à disposição para consulta. -----

----- De seguida, procedeu-se à análise da ata da sessão anterior. O senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou a dispensa da leitura efetiva da mesma aos membros da assembleia municipal, sendo esta aprovada por unanimidade. Assim sendo, colocou-se à consideração a ata da sessão ordinária de vinte e três de dezembro de dois mil e dezassete, sendo que a mesma não foi objeto de intervenções e colocada logo de seguida à votação, foi aprovada por unanimidade.-----

----- Seguidamente teve início o período de antes da ordem do dia. -----

----- Inscreveram-se para usar da palavra os seguintes elementos da assembleia municipal: senhora Isménia Loureiro, senhor Manuel Sousa e senhora Eduarda Pereira. -----

----- Assim sendo, interveio a senhora deputada Isménia Loureiro que questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o ponto de situação da reparação da embarcação turística “Rio Caldo” e se já há uma data prevista para este voltar a exercer a sua função. -----

----- O senhor deputado Manuel Sousa assumiu, logo após, a palavra e depois de também dirigir cumprimentos a todos os presentes, deu início à sua intervenção que de seguida se transcreve na íntegra: -----

----- *Exmo. Sr. Presidente da Assembleia,*-----

----- *Exmo. Sr. Presidente da Câmara,*-----

----- *Caros Deputados Municipais,*-----

-----*Sabemos da necessidade de reparação do motor do barco de Rio Caldo. Qual o estado dos procedimentos legais para a reparação da embarcação? Quais as empresas e orçamentos envolvidos? Sabemos que os custos de reparação geral da embarcação ascenderam a 210 mil euros, valor muito elevado para o que a autarquia pode suportar para uma embarcação de recreio; que apesar da importância, tem de ser sempre ponderada a nível de custos/benefício e é importante que neste montante existam garantias sobre o que foi reparado. Pretendemos saber se os 210 mil euros contemplaram a manutenção do motor e consequentemente asseguraram a garantia*

do mesmo. São constantes as queixas da população de várias freguesias em relação à necessidade de construção de saneamento básico e ligação da rede já construída em algumas freguesias; além destas, outras queixas se juntam quanto ao funcionamento das ETARs do nosso concelho, onde o cheiro é nauseabundo. Numa das reuniões do Executivo em permanência, o Vereador Paulo Sousa lembrou este problema agravar-se ano após ano devido ao abandono desta prioridade nos últimos anos. Em resposta ao Vereador Paulo Sousa, o Sr. Presidente remeteu responsabilidades para a Empresa Águas do Norte e vamos ter que esperar por 2021 para obtermos desenvolvimentos sobre este assunto. Tratando-se o saneamento básico de uma necessidade tão elementar como é possível esperar até 2021 para sabermos desenvolvimentos? Qual o ponto de situação em relação aos contratos celebrados? Quais os compromissos que o município não cumpriu ou terá de cumprir? Se não temos uma rede que funciona nas condições devidas como exigir junto dos munícipes o pagamento de um serviço deficiente? Além disso, estamos perante uma situação que põe em causa a saúde pública. Lembramos os períodos de seca em que vivemos conjugados com a falta de saneamento agrava a probabilidade de contaminação de lençóis freáticos.-----

---- No seguimento do Edital publicado no site da Câmara Municipal, referente aos equinos apreendidos no lugar de S. Pedro, Rio Caldo, pretendemos saber qual a fundamentação legal para o Município fazer um leilão dos animais apreendidos sem qualquer identificação? -----

---- Fim da transcrição e intervenção do senhor deputado Manuel Sousa.-----

---- A intervenção seguinte pertenceu à senhora deputada Eduarda Pereira segundo intervenção que de seguida se transcreve na íntegra:-----

---- Boa Noite,-----

---- Cumprimento o Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restantes Membros da Mesa da Assembleia Municipal, cumprimento o Sr. Presidente do Município de Terras de Bouro, os Srs. Vereadores, os Srs. Membros da Assembleia Municipal, cumprimento também o público presente e membros da comunicação social presentes No período antes da ordem do dia da presente reunião da Assembleia Municipal de Terras de Bouro gostaria de colocar duas questões ao Sr. Presidente do Município:---

1. Rede Pública de Abastecimento de Água-----

Nos últimos tempos temos assistido à degradação da nossa rede de abastecimento de água, com várias freguesias com problemas de falta de água e vários casos de

contaminação na água para abastecimento da rede pública. A minha questão é se o novo executivo do Município de Terras de Bouro já fez um levantamento das necessidades de intervenção nesta área, pelo menos as mais urgentes, e que medidas prevê executar ainda este ano que permitam que o Verão, que se caracteriza por ser uma época mais sensível nesta matéria, não traga este ano tantos transtornos e "dores de cabeça" à população?-----

2. Prescrição Dívidas-----

Apesar de hoje ser um dos pontos da ordem de trabalhos a "Análise para conhecimento de proposta sobre reconhecimento de prescrição de dívidas" que totalizam 7 198,94€, foi noticiado na comunicação social que "os serviços da Câmara Municipal de Terras de Bouro já conseguiram recuperar 20 mil euros das dívidas de terceiros ao Município". "Desde que todos os devedores foram notificados, em meados de Dezembro " No entanto, os processos de notificação parecem estar a gerar alguma polémica, pelo que gostaríamos de obter esclarecimentos sobre como estão a ser processadas estas notificações, nomeadamente em relação às dívidas prescritas, e sobre quais os procedimentos que estão a ser adotados? Gostaríamos também de obter esclarecimentos relativamente ao montante em causa uma vez que a conta de clientes do Município relativa às cobranças em atraso, à data notícia parecia não refletir os números anunciados? -----

----- Fim da transcrição e intervenção da senhora deputada Eduarda Pereira. -----

----- Logo depois, o senhor Presidente da Câmara Municipal e após dirigir cumprimentos a todos os presentes, iniciou o seu período de resposta às intervenções ocorridas e assim sendo, à intervenção da senhora deputada Isménia Loureiro respondeu que em reunião do Executivo Municipal foi já prestada informação do atual estado de reparação, sendo que, o barco está em doca seca e apresentou a situação dos valores em causa, sendo que se espera que daqui a um mês, salvo algum imponderável, o barco esteja a navegar. -----

----- Já relativamente à intervenção do senhor deputado Manuel Sousa, o Senhor Presidente da Câmara Municipal e sobre a questão do saneamento, afirmou que é um assunto a resolver com a empresa Águas do Norte, assim como o funcionamento das ETAR'S, situação aliás decorrente dos elevados investimentos com fundos comunitários realizados anteriormente nesta área. Entretanto, estão a decorrer obras na freguesia de Souto, nomeadamente, saneamento e uma nova ETAR. O Senhor Presidente informou também que foi solicitado aos serviços uma estimativa para obras na área em questão e o valor avançado foi de cerca de quinhentos e cinquenta mil

euros, sem fundos comunitários, já que o Município não cumpriu as taxas de execução e só com um aumento brutal dos serviços tal seria possível. Sem dúvida que serão precisos novos investimentos nesta área e o processo será agora refeito com a colaboração do senhor Arquitecto Manuel Martins, Chefe da DOMAS (Divisão de Obras Municipais, Água e Saneamento). Sobre esta matéria, o Senhor Presidente avançou também com a informação de que os concelhos de baixa densidade poderão ser beneficiados nestas intervenções e já quanto aos equinos errantes, existiu um contacto por parte da Junta de Freguesia de Rio Caldo, que deu origem à intervenção da Dr.ª Sandra Mendes, Veterinária Municipal, para se inteirar do assunto e, entretanto, a empresa Equidesafios acolheu os animais no Centro Interpretativo do Garrano. No que diz respeito à resolução oficial desta situação, o Edital respetivo terá que ser alterado, pois não pode existir um leilão, mas sim uma doação com a colocação respetiva de um chip identificativo nos animais. -----

----- Prosseguindo a sua intervenção, o Senhor Presidente respondeu de seguida às palavras da senhora Deputada Eduarda Pereira e sobre a situação da água já informou hoje aqui sobre a solicitação efetuada junto dos serviços municipais para uma estimativa de intervenção, que terá que ser, em função dos elevados valores, reformulada. Na mesma área, os cestos do lixo existentes vão ser substituídos, pois dão uma má imagem e têm um mau funcionamento. Já foram solicitados orçamentos para aplicação de contentores de oitocentos litros de capacidade ou, eventualmente, maiores. No que diz respeito à prescrição das dívidas, depois de contactar o Chefe da DAF, Dr. Paulo Antunes e segundo informação formulada pelas técnicas do município, Dr.ª Fernanda Simões e Dr.ª Ana Correia, o Senhor Presidente afirmou que a verba alocada até dezembro último foi de vinte e quatro mil euros, sendo que, à presente data, este valor até já poderá ser superior, finalizou, nesta fase o Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

----- Neste período, a senhora Deputada Eduarda Pereira solicitou novamente a palavra e sobre o último assunto, questionou as diferenças apresentadas em termos contabilísticos. -----

----- Como forma de responder à solicitação da senhora deputada, interveio o Dr. Paulo Antunes para informar que os valores são flutuantes em função da recuperação e da regularização que, entretanto, se vai fazendo desses mesmos valores. -----

----- Passou-se, de seguida, ao período de intervenção do Público. -----

---- Não se registaram intervenções. -----

----Terminado este período entrou-se, de seguida, na discussão da Ordem de Trabalhos, da qual constaram os seguintes pontos: -----

1. Apreciação da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do número dois, do artigo vinte e cinco, do Decreto - Lei número setenta e cinco de dois mil e treze de doze de Setembro;-----

2. Análise e votação de proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal;-----

3. Análise e votação de recomendação de participação na ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais;-----

4. Análise para conhecimento de proposta sobre reconhecimento de prescrição de dívidas – Lei dos Serviços Públicos;-----

5. Análise e votação de pedido da emissão de declaração de interesse público municipal pelo Senhor António de Jesus Gonçalves;-----

6. Eleição dos três representantes da Assembleia Municipal (dois efetivos e um suplente) que integrarão a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Cávado;-----

7. Análise e votação de proposta de alteração ao Mapa de Pessoal;-----

8. Análise e deliberação de Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Carlos Alberto de Sousa Rodrigues Pereira.-----

---- Dando cumprimento ao primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou imediatamente a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que iniciou a sua intervenção com a apresentação dos valores financeiros desde a última sessão e, assim sendo, o valor da receita cobrada até quinze de fevereiro em operações orçamentais foi de setecentos e noventa e cinco mil, quinhentos e noventa e quatro euros e cinquenta cêntimos e em operações de tesouraria foi de cinquenta mil, duzentos e noventa euros e oito cêntimos e já o valor da despesa efetuada até à mesma data foi de quinhentos e vinte e cinco mil, cento e sessenta e sete euros em operações orçamentais é de cinquenta e três mil, setecentos e oitenta euros e sessenta e dois cêntimos em operações de tesouraria. Ainda neste ponto, o Senhor Presidente referiu, relativamente à DOMAS (Divisão de Obras Municipais, Águas e Saneamento) as obras em fase de projeto, como a construção do açude a jusante da Ponte de Gondoriz e a construção da Ecovia entre Moimenta e Souto, as obras em curso: nas vias de comunicação, construção de

diversos muros de suporte em estabilização de vias municipais (fragilizadas com a ultima intempérie), reparação de pavimentos betuminosos; limpeza de bermas e valetas e a desobstrução de órgãos de escoamento de águas pluviais. Ainda na mesma divisão e sobre edifícios: reparação da cobertura e iluminação do pavilhão da escola de Rio Caldo; reparação do sistema AVAC – climatização e desumidificação – Piscina Municipal; reparação da cobertura / claraboias e teto na Marina – Rio Caldo e manutenção / conservação do equipamento de aquecimento no Museu da Jeira. Já sobre águas e saneamento, o Senhor Presidente informou: a reparação e ampliação (pontual) da rede de abastecimento domiciliário; a construção de novos ramais domiciliários; a instalação de contadores; as limpezas em captações / reservatórios; reparação e substituição de bombas em estações elevatórias; reparações diversas em coletores; construção de novos ramais. No que diz respeito a obras em fase de concurso/adjudicação, o Senhor Presidente referiu o seguinte: Ecovia – lanço entre a ponte de Gondoriz e o penedo do tanque – Moimenta; a requalificação e adaptação da Escola Básica de Rio Caldo (a integrar os níveis JI e 1º ciclo); a requalificação e adaptação da Escola Básica do Gerês (melhorar o funcionamento dos níveis de ensino JI e 1º ciclo). Sobre a DPU (Divisão de Planeamento e Urbanismo) o Senhor Presidente aludiu à emissão de licenças de construção, utilização e certidões diversas emitidas pelos serviços. Sobre a DTECD (Divisão de Turismo, Educação, Cultura e Desporto) o Senhor Presidente comunicou, entre outros, a preparação de candidaturas ao Minho Inovação: as candidaturas Gerês Hi-fi: Concurso a decorrer para a aquisição de 3 mupis interativos, o Projeto Raia Termal; o Projeto PNPG GO; a preparação das Festas Concelhias; as atividades do Projeto “Envelhecer a Sorrir; a preparação do Torneio Futsal Concelhio das Associações; o Serviço de Ação Social com a avaliação da situação sociofamiliar e elaboração de relatórios sociais no âmbito dos pedidos apresentados à Câmara. No Associativismo / Tempos Livres a elaboração e atualização da Base de Dados de identificação das Associação/Coletividades do concelho de Terras de Bouro legalmente constituídas; a criação do Regulamento de Apoio ao Associativismo e a conceção gráfica do novo Boletim Municipal de Terras de Bouro (edição nº 150).

---- Seguidamente, o Senhor Presidente informou também a Assembleia Municipal sobre o novo o funcionamento das divisões do município, começando por referir a atualização dos cargos dirigentes das mesmas. Assim, a DAF (Divisão Administrativa e Financeira) tem como Chefe de Divisão, o Dr. Paulo Antunes, a DPU (Divisão de

Planeamento e Urbanismo) tem como Chefe de Divisão, o Eng.º. Jerónimo Correia, a DTECD (Divisão de Turismo, Educação, Cultura e Desporto) tem como Chefe de Divisão, o Dr. Cristóvão Carvalho e a DOMAS, terá como Chefe de Divisão, o Arquiteto Manuel Martins. Ainda sobre a DOMAS, o Senhor Presidente referiu a aposentação do anterior Chefe de Divisão, Eng.º Augusto Peixoto, a quem deixou uma palavra de agradecimento pelo empenho e dedicação ao concelho e ao Município de Terras de Bouro ao longo da sua vida profissional.-----

----- Sobre este ponto da ordem de trabalhos não aconteceu qualquer inscrição ou consideração dos presentes. -----

----- No que diz respeito ao segundo ponto da Ordem de Trabalhos, após introdução pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, solicitou a palavra sobre o mesmo a senhora deputada Isménia Loureiro para informar que sobre a proposta apresentada de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal, se trata de um trabalho meritório, mas com aspetos que colidem com a Lei 75/2013 e, assim sendo, sugere-se a análise mais detalhada da mesma e do próprio regimento, com o conseqüente adiamento da mesma proposta. -----

----- No que diz respeito ao segundo ponto da Ordem de Trabalhos, solicitou a palavra sobre o mesmo a senhora deputada Eduarda Pereira nos moldes da intervenção que, de seguida, se transcreve na íntegra:-----

----- Proposta de Alteração ao Regimento da Assembleia Municipal-----

----- Terras de Bouro o Nosso Partido apresenta hoje a votação uma proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal de Terras de Bouro, já apresentada na sessão anterior, cujo objetivo é contribuir positivamente para a valorização e enriquecimento do regimento desta Assembleia, cuja proposta poderei ler e que já foi previamente enviada para os Senhores Deputados.-----

----- Fim da transcrição e intervenção da senhora Deputada Eduarda Pereira sobre o segundo ponto da ordem de trabalhos. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal usou igualmente da palavra sobre este assunto para dizer que a proposta apresentada tem o seu valor e aspetos que devem ser considerados à luz do artigo 30 do Regime Jurídico das Autarquias Locais para que se constate que não pode, precisamente, contrariar a Lei.-----

----- A intervenção seguinte sobre este ponto pertenceu ao senhor Deputado Guilherme Alves para referir que o que está em causa não são as comissões, aliás o regimento já refere essa hipótese de criação de comissões, se existir essa necessidade ou proposta. No que diz respeito à constituição de grupos de trabalho,

eles podem ser equacionados por se tratar de algo mais específico, sublinhou o senhor Deputado Guilherme Alves. -----

---- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou seguidamente a intervir e apresentou uma proposta no sentido de se criar um grupo de trabalho para analisar o regimento, sugerindo a apresentação de um representante de cada bancada parlamentar para o efeito e também um representante dos senhores Presidente de Junta de Freguesia. -----

---- Também sobre este assunto interveio o senhor Deputado Alexandre Pereira com cumprimentos dirigidos a todos os presentes e relativamente ao Regimento afirmou ser já uma proposta do MPT e agora, através deste grupo que irá ser criado, a assembleia deverá então pronunciar-se. -----

---- Logo a seguir o senhor Deputado Guilherme Alves também usou novamente da palavra comunicando a sua concordância com a proposta, já que o aqui está em causa é um instrumento de trabalho muito útil para esta assembleia. -----

---- Voltou a pedir a palavra a senhora Deputada Eduarda Pereira para demonstrar abertura à proposta apresentada. -----

---- Na sequência do exposto e após uma breve consulta dos seus pares, as bancadas indicaram então os seus representantes: pela CDU, o senhor Deputado Alexandre Pereira, pelo Partido Socialista, o senhor Deputado Vítor Fernandes, pelo Movimento Independente “Terras de Bouro é o Nosso Partido”, a senhora Deputada Sílvia Fujaco, pelo Partido Social Democrata, a senhora Deputada Isménia Loureiro e pelos senhores Presidentes da Junta de Freguesia, o senhor Alberto Cerqueira, Presidente da Junta de Freguesia de Moimenta. -----

---- O segundo ponto da ordem de trabalhos foi seguidamente colocado à votação, sendo, por unanimidade, adiada uma decisão sobre o mesmo. -----

---- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal e prosseguindo a sessão, introduziu o terceiro ponto da ordem do dia e apresentou os considerandos que fundamentam a recomendação de participação na ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais. -----

---- Aberto o período para intervenções solicitou a palavra sobre o mesmo a senhora deputada Eduarda Pereira nos moldes da intervenção que, de seguida, se transcreve na íntegra:-----

---- *Proposta Adesão ANAM*-----

Após análise dos documentos enviados relativos a este ponto da ordem de trabalhos Terras de Bouro o Nosso Partido considera que a quota da ANAM é de elevado montante face ao objeto a que se propõe esta associação patente no artigo 2º dos respetivos estatutos, acresce o fato que não é claro para nós quais os benefícios específicos para a Assembleia Municipal de Terras de Bouro e para o concelho da adesão à ANAM. Face ao exposto Terras de Bouro o Nosso Partido tomou a decisão de votar contra a proposta /recomendação de participação na ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, mostrando-nos no entanto disponíveis para uma reanálise futura da hipótese de adesão, caso hajam novos elementos e algum histórico de atividade que permitam aferir dos benefícios para o concelho de Terras de Bouro desta adesão e que justifiquem o investimento anual do valor da quota em causa.-----

----- Fim da transcrição e intervenção da senhora Deputada Eduarda Pereira sobre o terceiro ponto da ordem de trabalhos. -----

----- A intervenção seguinte pertenceu ao senhor deputado Guilherme Alves para dizer que este assunto já tinha sido abordado enquanto desempenhou as funções de Presidente da Assembleia Municipal e realmente deveria ser ponderada a adesão se existirem condições para isso, nomeadamente, uma justificação adequada para a quota que se paga e que é elevada, na sua opinião. Ainda assim, o senhor deputado Guilherme Alves considerou interessante e eventualmente útil o que a ANAM pode representar para um concelho como Terras de Bouro.-----

----- Seguidamente e sobre o mesmo tema usou da palavra o senhor Deputado Filipe Mota Pires que depois dos cumprimentos a todos os presentes afirmou ser já a terceira vez que intervém sobre esta matéria e referiu o montante, elevado na sua opinião, da quota anual a pagar à ANAM, sendo que, na sua opinião, o interesse para Terras de Bouro é relativo. O valor total em causa, cerca de quinhentos mil euros por ano, é bastante face aos objetivos propostos pela referida associação, justificando assim o senhor Deputado Filipe Mota Pires a sua votação de abstenção neste ponto. --

----- Após esta intervenção, o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação, o terceiro ponto da ordem de trabalhos, sendo este e a consequente recomendação aprovados por maioria, com seis votos contra, cinco dos deputados do Movimento Independente "Terras de Bouro é o Nosso Partido e um voto contra do deputado da CDU. Neste ponto registaram-se ainda três abstenções do Partido Socialista. -----

----- Continuando a sessão e sobre o quarto ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou novamente a palavra ao Senhor

Presidente da Câmara que apresentou os termos da proposta sobre reconhecimento de prescrição de dívidas – Lei dos Serviços Públicos, nomeadamente, o facto de a mesma ter sido remetida para conhecimento e reconhecimento da prescrição do direito ao recebimento dos processos que dela fazem parte e cuja prescrição foi invocada pelos respetivos clientes e apreciada em reunião do Executivo Municipal.-----

----- Sobre este ponto interveio o senhor deputado Guilherme Alves para questionar o facto de na informação não constar nem o nome nem o NIF dos clientes e se isso será pertinente para este assunto, pedindo esclarecimentos sobre a mesma dúvida.-----

----- No intuito de esclarecer o senhor Deputado Guilherme Alves pediu a palavra o Dr. Paulo Antunes, Chefe da DAF do município para responder que a assembleia municipal é um órgão fiscalizador sem necessidade, neste caso, de identificar nominalmente os clientes, mas sim identificar os processos e respetivos valores. -----

----- No que diz respeito ao quarto ponto da Ordem de Trabalhos, do mesmo foi reconhecido o seu teor e assim declarado pela assembleia municipal. -----

----- No que diz respeito ao quinto ponto da Ordem de Trabalhos, “pedido da emissão de declaração de interesse público municipal pelo Senhor António de Jesus Gonçalves”, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o mesmo e passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que esclareceu, face à informação prestada pelos serviços, nomeadamente, do Gabinete de Apoio Jurídico, que a declaração de interesse municipal requerida vem na sequência de uma ação de relevante interesse público para a obtenção de um regime de edificabilidade de exceção, isto na sequência da intenção de implementação de um empreendimento de Turismo no Espaço Rural – Hote Rural. -----

----- Após a leitura do referido documento e sem qualquer intervenção, colocou-se à votação o quinto ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido aprovado por unanimidade.

----- Seguidamente foi apresentado o sexto ponto da ordem de trabalhos, “Eleição dos três representantes da Assembleia Municipal (dois efetivos e um suplente) que integrarão a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Cávado”.-----

----- Sobre este ponto o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu, na sua opinião e entendimento, a eventual falta de jurisprudência e comunicou inclusive a informação dada pela CIM do Cávado e que também não parece ser muito conclusiva quanto ao processo em questão. Ainda assim e salvo opinião melhor fundamentada, irá ser revisto e repetido o processo de eleição anterior. -----

----- No período reservado às intervenções dos senhores deputados, interveio em primeiro lugar o senhor Deputado Guilherme Alves que afirmou que mais do que ratificar a decisão, justifica a sua posição anterior em relação a este assunto com a sua experiência no desempenho de funções na CIM do Cávado, pois quando falamos de regimentos e outros documentos do mesmo teor, devemos seguir as leis e não as interpretações de cada um, sublinhou o senhor Deputado Guilherme Alves.-----

----- A intervenção seguinte pertenceu ao Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, senhor José Carlos da Rocha Dias para se referir ao processo de votação feito anteriormente e reafirmou também a posição contrária do Partido Socialista sobre esta matéria. -----

----- O senhor Deputado Guilherme Alves retomou logo depois a palavra para dizer que se se continuar a insistir no teor da última intervenção, poderá apresentar queixa no Tribunal Administrativo e Fiscal sobre os pontos em causa. -----

----- De igual forma o senhor deputado Alexandre Pereira interveio sobre este assunto para expressar novamente a sua certeza de que em processos semelhantes e em outras câmaras municipais todos os elementos votam nos processos de eleição, já anteriormente assim foi e agora mantém-se, a novidade é que agora há mais forças políticas com representação na assembleia municipal. -----

----- Seguidamente interveio a senhora deputada Eduarda Pereira que começou por se referir à inconsistência da própria Lei setenta e cinco de dois mil e treze sobre este assunto e de como concordava com as declarações do senhor Deputado Guilherme Alves. A senhora deputada aludiu também à Ata da Assembleia Municipal de vinte e nove de novembro de dois mil e treze e onde consta que todos os elementos votaram nos processos de eleição e a realidade é que hoje existe um novo cenário nesta assembleia. -----

----- O senhor Deputado Vítor Fernandes foi o interveniente seguinte e depois dos habituais cumprimentos a todos os presentes referiu-se à anterior declaração de voto entregue sobre este ponto da ordem de trabalhos e questionou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal sobre se foi pedido algum parecer sobre a questão.-----

----- Ao que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal respondeu afirmativamente passando de imediato a ler aos presentes as informações remetidas aos serviços da assembleia municipal pela CIM do Cávado e também pela ANMP.-----

----- No seguimento da discussão sobre este ponto, a bancada do Partido Social Democrata apresentou a lista dos nomes pretendidos para a e eleição, sendo que colocados à consideração foram assim eleitos, por maioria, com duas abstenções do

Partido Socialista, o Dr. Augusto Braga e a senhora Deputada Eduarda Pereira como membros efetivos e a senhora Deputada Isménia Loureiro como membro suplente para integrar a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Cávado.-----

----- Logo depois o Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o sétimo ponto da ordem de trabalhos, "Proposta de alteração ao Mapa de Pessoal" e passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a necessidade de fundamentar as categorias profissionais e de se regularizar a situação do Mapa do Pessoal da autarquia, nomeadamente, as alterações já hoje aqui apresentadas. -----

----- Aberto o período de inscrições, pediram a palavra o senhor Deputado Manuel Sousa e a senhora Deputada Isménia Loureiro. -----

----- O senhor deputado Manuel Sousa reassumiu, logo após, a palavra e deu início à sua intervenção que de seguida se transcreve na íntegra: -----

----- *A presente proposta trata-se de uma iniciativa do Governo e Assembleia da República e não do Sr. Presidente da Câmara, com vista a regularizar as situações precárias. Importante aqui repor a verdade sobre o que vem referido em ata da última Assembleia Municipal, quando diz que "foram celebrados nove contratos e solicitado aos vereadores autorização para mais contratações, resposta que não chegou e logo tiveram que ser tomadas opções", a verdade é que da parte dos Vereadores Terras de Bouro O Nosso Partido foi aceite proposta de reforço da dotação orçamental para manter os quarenta e quatro trabalhadores em tempo útil. O Senhor Presidente indica que tomou a posição cautelosa de apenas readmitir apenas nove funcionários segundo as necessidades indicadas pelos chefes de divisão, mas sabemos que estão a ser contratados novos recibos verdes, sem que esteja a recorrer aos que cessaram funções. Como pode o senhor presidente referir que está a ajudar as pessoas de forma séria e definitiva, como vem referido em ata da reunião anterior, quando recorre a outras pessoas em detrimento das que já exerciam funções no município? Em relação ao presente mapa, o sentido de voto de Terras de Bouro O Nosso Partido será a favor.*-----

----- Fim da transcrição e intervenção do senhor deputado Manuel Sousa.-----

----- Seguiu-se imediatamente a intervenção da senhora Deputada Isménia Loureiro que questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o processo de recrutamento de funcionários, nomeadamente, timings, início e fim do dito processo.---

----- Sobre este último ponto pediu a palavra a senhora Deputada Eduarda Pereira segundo intervenção que de seguida se transcreve na íntegra:-----

----- *Terras de Bouro o Nosso Partido concorda em absoluto com o voto de pesar proposto:*-----

----- *O Senhor Carlos Pereira foi um grande cidadão de Terras de Bouro, um exemplo de dedicação em primeiro lugar ao seu trabalho na administração pública que exerceu com profissionalismo e paixão e um exemplo de participação cívica, sempre envolvido em projetos na comunidade e para a comunidade, sempre disponível para apoiar e ajudar os que dele precisavam, sempre com o trato afável e descontraído que o caracterizava trabalhou, apoiou, ajudou, dinamizou a nossa comunidade com brilhantismo e empenho.*-----

----- Fim da transcrição e intervenção da senhora Deputada Eduarda Pereira. -----

----- De igual forma pediu logo depois a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga para sublinhar a mais-valia que o Senhor Carlos Alberto Pereira representou para esta assembleia e para esta câmara municipal. Foi um grande homem que representou as juntas de freguesia como ninguém, de grande valor e de merecido reconhecimento, frisou o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal assumiu igualmente a palavra neste período para comunicar que, também como forma de homenagear a vida e obra do Senhor Carlos Alberto Pereira, há a intenção de dar o seu nome ao Centro Cultural da vila de Terras de Bouro. -----

----- Colocado à votação e deliberação, o último ponto da ordem de trabalhos foi aprovado por unanimidade e consignado por todos os presentes o respetivo Minuto de Silêncio em homenagem e pela memória do Senhor Carlos Alberto de Sousa Rodrigues Pereira. -----

----- A última intervenção da sessão pertenceu ao senhor Deputado Guilherme Alves que ainda sobre a questão do processo de eleição de membros representativos desta assembleia lembrou a sua posição anterior com a leitura da intervenção alusiva na ata da sessão anterior onde o próprio referia a possibilidade de adiamento dos pontos em questão e de como seria melhor consultar a lei geral, pois estariam em causa procedimentos legais que deveriam ser respeitados.-----

----- Dando cumprimento ao solicitado, o Senhor Presidente da Câmara Municipal iniciou a sua intervenção, respondendo que foi através das informações dos chefes de divisão que as pessoas foram contratadas e não o contrário, sublinhando que a câmara municipal se gere de dentro para fora e não de fora para dentro. Ainda assim e sobre a intervenção do senhor Deputado Manuel Sousa, o Senhor Presidente da Câmara Municipal gostava de saber quem são os funcionários a que se refere o senhor deputado, estranhando as insinuações feitas e que se existir a necessidade de se recrutar mais funcionários a recibos verdes é o que se fará já na segunda-feira, se for preciso e respeitando sempre a prioridade de quem já cá esteve e as necessidades fundamentadas do município, pois existem até máquinas paradas por falta de pessoal, alertou o Senhor Presidente da Câmara Municipal. Sobre este assunto e como exemplo, o Senhor Presidente referiu o contacto que fez com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Valdosende para este ser o maquinista do município. Presentemente há nove colaboradores a recibos verdes, informou o Senhor Presidente e se foi feita uma acusação de que estão ser contratadas pessoas que não estiveram antes na câmara municipal é melhor que o senhor deputado fundamente as suas acusações.-----

----- Neste período, o senhor Deputado Manuel Sousa pediu a palavra para informar que iriam ser solicitados dados referentes aos recibos verdes existentes, para ser alvo de análise.-----

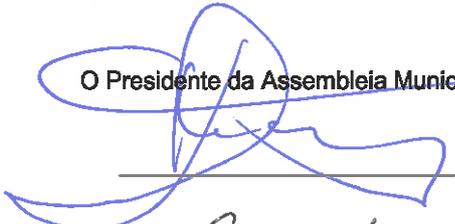
----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal reassumiu a palavra e sobre a intervenção da senhora Deputada Isménia Loureiro disse que já a partir de segunda-feira se constituirão os júris dos concursos de prestação de serviços para seleção e avaliação dos candidatos o mais rápido possível. -----

----- Dando continuidade aos trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou imediatamente à votação o ponto sétimo da Ordem de Trabalhos, tendo este sido aprovado por unanimidade. -----

----- Relativamente ao último ponto da ordem de trabalhos, "Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Carlos Alberto de Sousa Rodrigues Pereira", o Senhor Presidente da Assembleia Municipal leu no plenário o documento alusivo "Voto de Pesar", apenso à documentação desta reunião e onde é revelada a intenção de "perpetuar a memória e manifestar a gratidão de Terras de Bouro por tudo aquilo que o Senhor Carlos Alberto de Sousa Rodrigues Pereira acrescentou ao concelho e aos terrabourenses, sendo uma das maiores personalidades da história do concelho de Terras de Bouro". -----

----- E nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, eram vinte e três horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia e por mim que a secretariei. -----

O Presidente da Assembleia Municipal



O Secretário da Assembleia Municipal



